



**ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO CONCURSO Nº
02/2017 FMC**

Aos 26 dias de junho de 2017, às 11h, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar o recurso à fase de habilitação do CONCURSO nº 02/2017, cujo **OBJETO: CONCURSO VISANDO A SELEÇÃO DE NOVE EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS PARA FORMAR A PROGRAMAÇÃO DA GALERIA DE ARTES "ELSON RENATO DOS SANTOS" DURANTE O ANO DE 2017 PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC.**

Protocolado pelo senhor **Eduardo Alberto Werner**

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado **tempestivamente** em 20/06/2017.

Em síntese, manifesta-se o senhor **Eduardo Alberto Werner** através de recurso, arguindo não haver argumentos para sua inabilitação, cita que, é impossível que o anexo I não esteja no envelope de habilitação, haja vista que todos os outros documentos estão no envelope.

Cita inclusive haver dúvida em relação ao comportamento da comissão de licitação.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado **NÃO** merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, ou anterior questionamento sobre cláusulas que geraram dúvidas e questionamentos, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos no edital solicitado.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A empresa não cumpriu com exigências previstas no edital, conforme segue:

5.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada e firma reconhecida em cartório (Anexo I);

Ao não apresentar o referido documento no envelope de habilitação, a empresa deve ser inabilitada por não cumprir exigência prevista no edital, estando a decisão da comissão estritamente vinculada ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Importante citar que este princípio é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens.

Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concementes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, ao descumprir as exigências editalícias, o licitante deverá ser inabilitado/desclassificado, pois desrespeitou o instrumento convocatório, que é aquele que rege todo o processo licitatório.

Aqui vale mencionar também, que os tribunais são unânimes em relação a inabilitação pela falta de algum documento previsto em edital, desobedecendo o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Conforme segue, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu:

TJ-RS - Agravo AGV 70068402759 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 22/03/2016

Ementa: AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL (AGRAVO INTERNO). JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL.

CABIMENTO. AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Manifesta a possibilidade de julgamento monocrático no caso concreto, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência dominante perante esta Egrégia Corte. 2. Hipótese em que a empresa impetrante não demonstrou o atendimento integral dos requisitos previstos pelo edital licitatório, mormente com relação à Licença de Operação. 3. O edital tem força vinculante a todos os licitantes, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. 4. Descumprimento das cláusulas que implica a inabilitação da empresa licitante, nos termos dispostos pelo artigo 37, XXI, da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO EM APELAÇÃO (AGRAVO INTERNO). UNÂNIME. (Agravo Nº 70068402759, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 16/03/2016).

Não obstante, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou na mesma linha de raciocínio Agravo de Instrumento:

"Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas"



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70059407577 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 09/07/2014

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÕES. DESCLASSIFICAÇÃO DE CONCORRENTE. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL. REGULARIDADE DO AGIR DA ADMINISTRAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. Hipótese em que a empresa agravante, concorrente em **Edital** de Tomada de Preços lançado pelo Município de São Leopoldo, deixou de apresentar a documentação exigida evidenciando os motivos pelos quais restou desclassificada. Inobservância dos requisitos previstos pelo **Edital** do certame que legitimaram o agir da administração. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70059407577, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccottet, Julgado em 02/07/2014)

Também o TJ do Paraná decidiu neste sentido, não restando dúvidas da legalidade da inabilitação da empresa recorrente.

TJ-PR - Ação Civil de Improbidade Administrativa 9985595 PR 998559-5 (Acórdão) (TJ-PR)

Data de publicação: 09/04/2013

Ementa: EMENTA1) DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL NA FASE DE HABILITAÇÃO. LEGALIDADE NA INABILITAÇÃO. APLICAÇÃO DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. a) Os artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666 /93 (Lei de Licitações) preceituam que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos"; e, "A administração não pode descumprir as normas e condições do **edital**, ao qual se acha estritamente vinculada". b) O **Edital** da Concorrência Pública nº 003/2012 exigia na fase de habilitação, além de outros documentos, os seguintes: "6.4.11. Certidão Negativa das Varas de Execuções Penais - VEP; (...) 6.4.16. Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual - DRS-CI, expedida pelo INSS". c) O próprio Agravante confessa que não apresentou, em momento oportuno, a Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual e nem a Certidão Negativa da Vara de Execuções Penais, descumprindo, assim, o **Edital** da Concorrência Pública nº 003/2012. d) Assim, como o Agravante não comprovou que apresentou, no momento próprio, os documentos exigidos no **Edital** da licitação, não houve, em sede de cognição sumária, ilegalidade na sua inabilitação do certame, tendo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

aAdministração Pública observado os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.2) AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Portanto, não há dúvidas que é dever da comissão inabilitar a empresa, ora recorrente, por descumprir exigências editalícias.

Outra ponto relevante no recurso apresentado e que merece ser ressaltado é que, todas as aberturas de envelopes acontecessem em sessões públicas, com a possibilidade de verificação e vistas nos documentos no dia do certame. Os envelopes lacrados pelos licitantes são rubricados e abertos no dia diante dos presentes.

Lembrando que o funcionário público é dotado de fé pública que garante a veracidade na conferência da documentação, porém, ao fazer acusações o licitante necessita de provas que confirmem a fraude, ou o licitante poderá sofrer penalidades até mesmo na esfera civil por acusações sem fundamento.

Outra sanção possível, na esfera administrativa, diz respeito aos assuntos protelatórios nos recursos, quando o recorrente, sem fundamento, apresenta recursos apenas para tardar o certame, o que se configura no caso em tela.

É válido citar que foram respeitados todos os princípios basilares dos processos licitatórios, dentre eles, frisa-se o Princípio da Publicidade, que garantiu ao licitante o direito de impugnação e esclarecimentos.

Ao inabilitar a empresa, visto a irregularidade no documento apresentado, a comissão permanente respeita inclusive os Princípios da Impessoalidade e Isonomia, visto que algumas outras empresas participantes do certame apresentaram o documento de forma regular.

5



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Portanto, o recurso apresentado não merece provimento, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de desclassificação não merece ser alterada.

Diante do que foi exposto, mantem-se a inabilitação do licitante Eduardo Alberto Werner.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 26 de junho de 2017.


Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski


Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:


KARLILE CUGNIER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO